

## O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E A INSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TUCANO, BAHIA

Gledson Reis dos Santos<sup>1</sup>

Sandra Marcia C. Pereira<sup>2</sup>

Benedito G. Eugenio<sup>3</sup>

**RESUMO:** O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o planejamento educacional no âmbito de um município baiano. A produção dos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com seis sujeitos que participaram ou participam do PAR em diferentes ciclos e momentos. De natureza qualitativa, desenvolvida por meio de um estudo de caso, a pesquisa situa-se, geograficamente, no município de Tucano- Bahia. A análise dos dados foi realizada mobilizando alguns dos postulados foucaultianos, entre eles, saber, poder, discurso, governamentalidade. Apoiou-se também em autores do campo da gestão, da política e do planejamento educacional. Os resultados evidenciaram que depois da adesão ao PAR, houve uma significativa melhoria do planejamento educacional da rede municipal de ensino de Tucano, sobretudo nas condições físicas das escolas, assim como nas condições de ordem pedagógica e legislativa, com discussões provocadas por meio de suas diferentes dimensões. Entretanto, entendemos que é necessário aprimorar as relações intergovernamentais, sob o princípio básico da produção do saber, com vistas à continuidade de mudanças mais significativas no âmbito do município.

**PALAVRAS-CHAVE:** Plano de ações articuladas (PAR). Planejamento educacional. Gestão municipal.

**ABSTRACT:** The article presents the results of a research on educational planning within a municipality in Bahia. Data production occurred through semi-structured interviews, carried out with six subjects who participated or participate in PAR in different cycles and moments. Qualitative in nature, developed through a case study, the research is geographically located in the municipality of Tucano- Bahia. Data analysis was carried out mobilizing some of Foucault's postulates, including knowledge, power, discourse,

---

<sup>1</sup> Mestre em Ensino (UESB). Professor na Rede Municipal de Ensino de Tucano-Ba. E-mail: gledsonjorro@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Educação (UNESP). Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e do Programa de Pós-graduação em Ensino. E-mail: sandra.campos@uesb.edu.br

<sup>3</sup> Doutor em Educação (UNICAMP). Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e do Programa de Pós-graduação em Ensino. E-mail: benedito.eugenio@uesb.edu.br

## O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E A INSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO

governmentality. It was also supported by authors in the field of management, policy and educational planning. The results showed that after joining the PAR, there was a significant improvement in the educational planning of the Tucano municipal education network, especially in the physical conditions of the schools, as well as in the pedagogical and legislative conditions, with discussions provoked through their different dimensions. However, we understand that it is necessary to improve intergovernmental relations, under the basic principle of knowledge production, with a view to continuing more significant changes within the municipality.

**KEYWORDS:** Articulated action plan (PAR). Educational planning. Municipal management.

### INTRODUÇÃO

A educação brasileira vem passando, desde o período da redemocratização, por inúmeras transformações, por meio de iniciativas, que têm como eixo norteador, o regime de colaboração entre os entes federados. Objetiva-se, com isso, fortalecer a educação básica em todos os seus níveis.

O Plano de Ações Articuladas (PAR) é uma estratégia de assistência técnica e financeira iniciada pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, fundamentado no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que consiste em oferecer aos entes federados um diagnóstico e planejamento de política educacional, concebido para estruturar e gerenciar metas definidas de forma estratégica, com vistas a contribuir para a construção de um sistema nacional de ensino organizado e dinâmico (Brasil, 2007).

O PDE foi lançado pelo Ministério da Educação durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) como um instrumento que reunia um conjunto de programas com vistas à sistematização das ideias sobre educação daquele governo.

Com o PDE o Estado brasileiro objetivou estruturar a educação nacional de maneira agregadora e colaborativa e não fragmentada, com investimentos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. A fim de sistematizar as políticas educacionais pautadas em critérios técnicos, o PAR é constituído e fundamentado como política de planejamento educacional, com ações em todo território nacional. Neste sentido, torna-se a ferramenta para Estados e municípios, que em regime colaborativo, recebem apoio técnico e financeiro, intermediado ao seu diagnóstico local sobre sua realidade educacional.

A principal ferramenta utilizada pelo MEC para elaborar e executar o PAR é o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC). Este contempla os dados das etapas que compõem o PAR, mas de maneira genérica e padronizada a todos os municípios brasileiros, desconsiderando suas especificidades. “[...] o sistema não faculta aos gestores locais opções de edição, tais como “inserir novas ações”, “editar o texto da ação” ou “excluir ação” (Almeida; Cabral Neto, 2020, p. 02).

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que procurou responder a seguinte questão: Como o PAR contribui com a instituição do planejamento educacional no contexto da rede municipal de ensino de Tucano –Bahia? Nosso objetivo é analisar como o PAR contribui com a instituição do planejamento educacional no contexto da rede municipal de ensino de Tucano.

## **ASPECTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa, cujos dados são aqui apresentados, é qualitativa do tipo estudo de caso. O *locus* da pesquisa foi o município de Tucano, localizado no Território de Identidade do Sisal (TIS), com população estimada em 50.568 habitantes e localizado no semiárido, nordeste do Estado, a pouco mais de 250 km de Salvador. A rede de educação conta com 66 unidades de ensino, entre as quais, 57 municipais, 03 estaduais e 06 particulares.

Para a produção dos dados, realizamos entrevistas semiestruturadas com seis sujeitos que participaram ou participam do PAR em diferentes ciclos e momentos históricos, considerando os seguintes critérios: adesão à proposta de pesquisa; profissionais que participaram do primeiro, segundo e terceiro ciclos do PAR; profissionais que atualmente estão na gestão do PAR, entre eles, a direção geral da coordenação pedagógica e a responsável pela coordenação do PAR na rede pública municipal de Tucano.

As entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise, conforme autorização dos sujeitos enunciadorees via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A seleção dos sujeitos enunciadorees levou em consideração sua participação e contribuição nas discussões concernentes ao planejamento educacional com vistas ao PAR em seus diferentes ciclos. Os codinomes utilizados para apresentá-los fazem referência a povoados, distritos e instituições da cidade de Tucano. São eles: Alto, meu lugar no sertão; Poção; Caldas do Jorro; Rancho Alegre; Celem e Lagoa do Alto. A pesquisa foi aprovada pelo CEP/UESB sob o número CAAE 55224821.5.0000.0055.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise dos enunciados produzidos pelos sujeitos entrevistados sob o viés do pensamento dos dispositivos foucaultianos, possibilitou aprofundar as discussões em torno do nosso objeto de estudo e associar suas proposições às discussões referentes ao planejamento educacional da rede municipal de ensino de Tucano.

Por meio da interpretação das teorizações de Michel Foucault, podemos compreender que “[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório” (Foucault, 2010, p. 09). Portanto, entendemos, sob esta ótica, que nenhum discurso é neutro. Ele carrega em si muitos olhares e dizeres, independentemente de quem o profere.

As análises e discussões dispostas neste artigo tiveram como centralidade os enunciados presentes nos discursos apresentados por seis sujeitos participantes que fizeram ou fazem parte do processo de coordenação e implementação do PAR no município de Tucano. Com exceção de um que pertence a rede estadual de ensino, os demais sujeitos enunciadorees são professores e professoras da rede municipal, com estabilidade funcional por meio de concurso público, que em diferentes momentos exerceram cargos comissionados ao longo dos quatro ciclos que compreendem o PAR.

### **Olhares e concepções atribuídos ao planejamento educacional da rede municipal de ensino de Tucano no contexto do PAR**

Ao lançar um olhar sobre as ações de planejamento da educação no Brasil, observamos que às políticas de educação gestadas ao longo do tempo, são marcadas, historicamente, pela fragmentação e descontinuidade. Diante deste cenário, o planejamento educacional brasileiro, como toda atividade humana, está permeado por tensões, conflitos e interesses divergentes.

Desde 2007, o PAR vem se constituindo como principal instrumento orientador das políticas educacionais desenvolvidas no âmbito do Ministério da Educação. Assim, o PAR como um conjunto de ações de política pública de planejamento, visa estabelecer outros parâmetros previstos em suas quatro dimensões, práticas e gestão para as redes públicas de

Cadernos da Fucamp, v. 28, p. 63-87/2024.

ensino do país. O discurso oficial descreve o PAR como uma ferramenta de gestão para o planejamento da educação.

O PAR foi concebido como uma ferramenta de gestão para o planejamento da política de educação que os municípios, os estados e o Distrito Federal elaboram para um período de quatro anos. Pelas suas características sistêmicas e estratégicas, o PAR favorece as políticas educacionais e a sua continuidade, inclusive durante as mudanças de gestão, constituindo-se como importante elemento na promoção de políticas de Estado na Educação (Brasil, 2017, p. 03).

Ao elaborar o PAR, o ente federado deve realizar um diagnóstico de sua rede de ensino, por meio de dados fornecidos pelo próprio MEC e, em consonância à essa prerrogativa, elencar ações de assistência técnica ou financeira para um período plurianual. Para Viana (2015, p. 84), “[...] gerir um sistema educacional como um todo nos moldes como proposto no PAR não se constitui uma atividade simples tendo em vista, que exige dos gestores envolvidos no plano a articulação e desenvolvimento de práticas em diferentes campos de ação da educação”.

Desse modo, o planejamento educacional no âmbito do PAR acha-se delineado, sobretudo, em sua primeira dimensão, Gestão educacional, que se articula e se locomove por meio de outras três dimensões (Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar, Práticas Pedagógicas e Avaliação e Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos).

Contudo, a literatura científica produzida ao longo dos anos sobre esta temática, reforça a ideia de continuidade das discussões e faz um alerta em torno da regulação da União e sua relação com os demais entes federados. Para Sousa (2011):

Como instrumento de planejamento, o PAR homogeneiza a imensa e diversificada realidade educacional brasileira [...]. O planejamento da educação precisa estar legitimado em ampla participação dos atores envolvidos e considerar também variáveis intra e extraescolares que influenciam o processo educacional, como as condições socioeconômicas (Sousa, 2011, p. 10).

Neste cenário, embora cada ente federativo seja portador de suas especificidades locais, sejam elas culturais, sociais ou econômicas, o PAR acaba operando como um dispositivo de controle/regulatório mediante a necessidade do apoio técnico e financeiro por meio do MEC/FNDE. Assim, os entes subnacionais que deveriam elaborar seus planejamentos de acordo com sua própria realidade, reforçam a centralidade das ações de

Cadernos da Fucamp, v. 28, p. 63-87/2024.

## O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E A INSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO

acordo com as políticas desenvolvidas pela União.

Todavia, Farenzena e Marchand (2013) alertam que o PAR insere-se na perspectiva da descentralização de responsabilidade das ações da União para que os estados e municípios desenvolvam as políticas educacionais, mas permanece em âmbito federal o poder de controlena autorização, fiscalização e supervisão dos recursos a ser deliberados. A União expande suas funções em papéis normativos, reguladores ou redistributivos conforme é estabelecido no PDE.

Para Abrucio (2004, p. 03), a descentralização compreende:

[...] um processo nitidamente político, circunscrito a um Estado nacional, que resulta da conquista ou transferência efetiva de poder decisório a governos subnacionais, os quais adquirem autonomia para escolher seus governantes e legisladores (1), para comandar diretamente sua administração (2), para elaborar uma legislação referente às competências que lhes cabem (3) e, por fim, para cuidar de sua estrutura tributária e financeira.

Comprendemos, portanto, por meio da afirmação de Abrucio (2004), que a descentralização é um caminho construído sob o olhar colaborativo e necessário, respeitando as peculiaridades locais de cada ente federado.

Ao observarmos o município de Tucano, constatamos, por meio dos discursos produzidos pelos sujeitos enunciadore, que a percepção em torno do PAR, enquanto ação de política pública de planejamento, é vista como um instrumento que evidencia a gestão democrática da educação básica como norte, apesar dos percalços durante o caminho, que serão evidenciados ao longo das discussões e análises.

Procuramos identificar, a partir do ponto de vista dos entrevistados, as concepções atribuídas ao planejamento educacional no âmbito da implementação do PAR no município de Tucano e suas contribuições para o planejamento da rede municipal de ensino.

O PAR é um instrumento multidimensional de planejamento para o diagnóstico da situação educacional dos seus entes federados, que busca envolver decisão política, ação técnica e atendimento da demanda educacional, com o objetivo de melhorar os índices apurados pelos indicadores educacionais. Esse instrumento auxilia as secretarias de educação estaduais, municipais e distrital, a executar as políticas educacionais capazes de promover o alcance de tais objetivos (BRASIL, 2017).

Associada a essa ideia, a priori, no início da instituição do PAR (2007), o planejamento da rede municipal de ensino de Tucano era articulado com a presença e participação de diretores, vice-diretores e orientadores das escolas ou núcleos escolares, assim como, contava com a participação de coordenadores pedagógicos, que eram distribuídos de acordo com suas zonas, como observamos nos discursos dos sujeitos enunciadorees desta pesquisa (CELEM, 2022).

Neste contexto, o município era dividido em cinco zonas, distribuídas de acordo com os seus referenciais geográficos, com exceção da zonal A, que por sua vez, era destinada às escolas que trabalhavam com classes do Ensino Fundamental II, anos finais. Além disso, constava na estrutura da secretaria de educação, as coordenações da educação infantil, EJA e educação inclusiva.

Diante desta arena, indagada sobre como acontecia o planejamento educacional da rede municipal antes da implementação do PAR, Celem (2022) pontua:

Os Planejamentos aconteciam quinzenalmente, aos sábados, na Sede do município, envolvendo a Secretária de Educação, Coordenação Pedagógica, Orientadores, Diretores(as) e Vice-Diretores(as). Assim, os Orientadores e professores(as), juntamente com a Direção das escolas, tinham a quinzena subsequente para fazerem os seus planejamentos semanais, com plano de ação e atividades para aquele período, isto é, orientadores(as) e professores(as) colocavam em prática o que havia sido planejado com os Coordenadores(as), podendo contar com a visita da sua coordenação, caso fosse necessário (Celem, 2022).

O enunciado produzido por Celem (2022) evidencia a organização estabelecida pela secretaria de educação para estruturar a rede municipal de ensino naquele contexto. Por meio dos discursos produzidos nas entrevistas, tornou-se possível observar e refletir sobre os diferentes olhares e conseqüentemente modalidades enunciativas, pontos de vista e de atuação de quem está diretamente gerindo ou já geriu o planejamento educacional da rede municipal, com vistas às contribuições do PAR. Para tal, tornou-se necessário confrontar os discursos dos sujeitos enunciadorees, ampliando horizontes discursivos, provocados pelo seguinte questionamento: Em que o PAR contribui/contribuiu para o planejamento da rede municipal de ensino de Tucano?

Para Alto, meu lugar no sertão (2022), o PAR tem contribuído com a estruturação da rede, sobretudo, na melhoria das condições de trabalho das escolas municipais:

Pensando o PAR como um planejamento para toda rede, a gente acredita que o PAR tem contribuído bastante, principalmente na questão da estruturação da rede, no sentido de melhorias mesmo na qualidade, tanto

## O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E A INSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO

das escolas enquanto espaços físicos, quanto à aquisição de alguns materiais, como por exemplo, a gente cadastrou recentemente alguns itens e com certeza fará muita diferença na sala de aula, que são itens pedagógicos mesmo, além de planejamento de ações voltadas para a formação de professores, para a formação dos próprios gestores (Alto, Meu Lugar No Sertão, 2022).

Neste cenário, o PAR se apresenta como um importante instrumento para os sujeitos enunciadore, indicando que esse arranjo federativo contribuiu para o fortalecimento das políticas educacionais de planejamento da rede municipal de ensino, sobretudo, no que concernem a determinadas ações presentes nas seguintes dimensões: 1 – Gestão Educacional; 2 – Formação de Profissionais da Educação, na Área 2.6 – Formação de profissionais da educação e outros representantes da comunidade escolar; 3 – Práticas Pedagógicas e Avaliação, na Área 3.4 – Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais e no indicador 3.4.4 – Utilização de processos, ferramentas e materiais de natureza pedagógica; assim como na dimensão 4 – Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, na Área 4.1 – Condições da rede física escolar existente.

Poção (2022), outro sujeito enunciadore, ratifica essa compreensão e acrescenta que essas melhorias podem elevar o IDEB do município.

O PAR é uma importante ferramenta de trabalho para consolidação de toda política pública ligada à educação. Para o município de Tucano, era muito importante que fosse projetado, dentro das metas, dentro dos indicadores, todos os pedidos, para viabilizar toda uma melhoria na qualidade da educação, e a secretaria de educação, tendo em vista a importância de melhorar o aspecto de uma escola, melhorar a formação do professor, melhorar o material que o aluno poderia fazer uso, e com isso melhorar também, o IDEB. Ter uma aula mais prazerosa, a secretaria, via como um instrumento de real importância, de primordial instrumento, como se fosse assim um norteador, para que a gente pudesse sim, ter um trabalho de qualidade, de uma educação de qualidade, melhorando a prática pedagógica do professor, melhorando também a importância do desenvolvimento da educação como um todo para o aluno. Porque o aluno quando ele está numa sala de aula melhor equipada, numa sala de aula que tem equipamentos os materiais pedagógicos necessários, ele irá aprender, ele irá ressignificar também aquele aprendizado, e é claro que o professor vai estar muito mais satisfeito, em ter recursos propriamente dito para cada aula (Poção, 2022).

Embora houvesse a compreensão da importância do PAR como instrumento de planejamento educacional da rede municipal de ensino de Tucano, os discursos produzidos pelos sujeitos enunciadore, neste contexto, são marcados pela possibilidade de melhoria da infraestrutura das escolas e aquisição de equipamentos, previstos na dimensão 4 – Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, do documento oficial do Plano. Cadernos da Fucamp, v. 28, p. 63-87/2024.

Foucault (1996, p.123) pondera que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar.” Portanto, os discursos produzidos neste contexto, no âmbito do PAR na rede municipal, inicialmente, têm como pressuposto, além do aparente desejo de mudança, a necessidade no campo da gestão de conseguir melhorar a infraestrutura física, assim como adquirir materiais didático-pedagógicos, para num momento seguinte, alcançar outros certames, como explicitado pelo discurso de Lagoa do Alto (2022).

O município de Tucano enxergava o PAR como instrumento que auxiliava o planejamento da rede. A partir do lançamento das informações e construção do diagnóstico da real situação/demandas educacionais do município, via-se também o exercício efetivo da gestão democrática, onde diversas representações e segmentos reservavam um tempo para avaliar e monitorar o PAR na perspectiva de resolução das demandas através de vinculação de políticas públicas e recursos financeiros para solucionar/amenizar os problemas identificados.

As concepções em torno do entendimento das contribuições do PAR ao planejamento da rede de ensino de Tucano, estão ligadas, como vimos, neste primeiro cenário observado, às alterações na infraestrutura das instituições escolares, à aquisição de equipamentos, materiais didático-pedagógicos e à formação docente. Efetivamente, essas ações são as mais perceptíveis nos discursos analisados neste momento.

De tal modo, como observamos, o planejamento não se restringe apenas as dimensões técnicas; constitui-se também por elementos imbricados às decisões de abrangência social e política, as quais estão subordinados às interpretações oriundas do papel de poder assumido pela União, que aponta ações e possíveis caminhos que, em geral, o município deve percorrer. Desse modo, as relações de poder existentes e os discursos que permeiam a construção histórica dos documentos oficiais que legitimam as políticas públicas em educação, e orientam os entes federados no que concernem às suas obrigações legais e, portanto, ao PAR, subjaz ao dispositivo foucaultiano da governamentalidade.

A governamentalidade para a análise realizada neste contexto pode ser compreendida como “[...] modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos” (Foucault, 1995, p. 247). Neste cenário, supomos que a governamentalidade busca controlar a condução dos sujeitos por meio de diferentes técnicas que possibilitam sua governança.

## O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E A INSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO

Neste contexto, é perceptível que o PAR se institui como uma estratégia de planejamento pautado em um modelo de gestão mais técnica, possuindo uma orientação prescritiva no que concerne a uma política de resultados. Para Foucault (2004, p. 12), “[...] Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que estes trazem consigo”.

Desse modo, o percurso metodológico inicial, mostra-nos a compreensão de como os sujeitos enunciativos desta pesquisa percebem o planejamento educacional no contexto do PAR, assim como suas contribuições para o desenvolvimento e melhoria da qualidade do ensino da rede municipal de educação de Tucano, que até aqui, vai se constituindo, invariavelmente, por meio das ações presentes na dimensão quatro, Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos, embora isso não exclua as demais dimensões, mas é latente a preocupação com a referida dimensão como indutora de ações transformadoras.

### **Materializando ações: algumas mudanças provocadas no contexto do PAR**

Os discursos produzidos e analisados demonstram o papel modificador das ações atribuídas ao PAR, no que concernem ao planejamento da rede municipal de ensino, caminhando para uma perspectiva mais técnica, focalizada nas seguintes dimensões: 1) Gestão educacional; 2) Formação de professores, dos profissionais de serviço e apoio escolar; 3) Práticas pedagógicas e de avaliação; 4) Infraestrutura física e recursos pedagógicos. Para Lagoado Alto (2022), em Tucano, “[...] o PAR tem sido uma ferramenta muito importante para o planejamento e efetivação de políticas públicas educacionais na perspectiva de compreender as situações do município e de forma igualitária, promover os recursos e apoios vinculados à melhoria da qualidade da educação”.

Questionada sobre a influência do PAR para o planejamento da educação do município de Tucano, Celem (2022) afirma:

O Plano de Ações Articuladas exerceu grande influência no planejamento da educação do município, pois, através dele, foi possível melhorar os indicadores da Educação Básica em quase todas as escolas da Rede Municipal de Ensino. O PAR, elaborado e monitorado por diferentes segmentos da sociedade, proporcionou um fluxo de comunicação e de ajuda entre o MEC, a Gestão Pública/Secretaria de Educação Municipal e as escolas, de maneira a criar políticas públicas coordenadas,

democráticas e de igualdade de oportunidades para todos os estudantes (Celem, 2022).

Coadunando com esse pensamento, Caldas do Jorro (2022) complementa: “[...] o PAR vem beneficiando e influenciando de forma positiva a educação no município de Tucano”. Por meio dos enunciados, constatamos que o PAR foi consolidado no município como um conjunto de ações de política pública de planejamento que contribui com o desenvolvimento da educação da rede municipal.

Esses enunciados, para Foucault (2012), têm importância por possuir um sujeito que fala de determinado local e obedece às práticas discursivas e não discursivas de seu tempo.

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita); é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (Foucault, 2012, p. 105).

Portanto, para Foucault (2012), o enunciado não existe sozinho, mas precisa ser correlacionado com outros enunciados, produzidos por outros sujeitos. Assim, é interessante observar que os enunciados construídos por Lagoa do Alto (2022), Celem (2022) e Caldas do Jorro (2022) partem sobre a perspectiva de um distanciamento temporal em consonância aos seus lugares de fala.

Entretanto, a compreensão sobre a importância do PAR para o planejamento da rede é defendida por todos como uma influência positiva, marcada pela melhora nos indicadores educacionais, presentes nas dimensões, áreas e indicadores. Sob este olhar, Sousa (2010) esclarece: “[...] em qualquer campo do saber, há um sistema que rege à confirmação de certos enunciados a partir de outros e à maneira pela qual eles se implicam ou se excluem”.

No entanto, mesmo reconhecendo por meio dos enunciados que as ações materializadas no âmbito do PAR, desde a sua instituição na rede municipal de ensino de Tucano, tiveram uma presença marcante nos discursos dos sujeitos enunciadore desta pesquisa, antes, porém, desejamos nesta trajetória, externar algumas dificuldades

## O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E A INSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO

encontradas, assim como os encaminhamentos produzidos para solucionar tais dificuldades.

Em seus primeiros três ciclos, o acompanhamento e monitoramento das ações cadastradas do PAR no Simec eram compartilhados entre membros da secretaria de educação e servidores da prefeitura municipal. Assim, perguntados sobre quem participava da elaboração e do monitoramento do PAR no município, referente aos primeiros três ciclos, os sujeitos enunciativos produziram os seguintes discursos:

O PAR no Município de Tucano era constituído por sete diferentes segmentos que participaram da sua elaboração e do seu monitoramento. São eles: Representante do Ministério Público; Representantes dos Dirigentes do Sistema Educacional; Representante do Tribunal de Justiça; Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas; Representantes dos Trabalhadores das Esferas Municipal e Estadual; Representantes da Sociedade Civil; Representante do Conselho Tutelar (Celem, 2022).

Existia na época, um profissional responsável pela alimentação do sistema, que ficava no prédio da prefeitura, que a partir do que o departamento pedagógico pensava e planejava em termos de ações, assim como os demais departamentos da Secretaria era organizado para alimentação do sistema (Lagoa Do Alto, 2022).

A elaboração do PAR era feita com os técnicos da secretaria, juntamente com os profissionais da educação e também de outras áreas, a exemplo de sindicatos e associações de gestores que nós temos no município. E porque isso, porque era feito uma espécie de eleição dentro de cada segmento, e aí, por exemplo, do segmento dos diretores, os diretores elegiam um representante do grupo de diretores para atuar no PAR. Isso daí após a indicação desses grupos, era editada uma portaria, era homologado essa portaria, e essa portaria, ela designava quem eram os sujeitos e quais eram as ações que eles iriam desempenhar. O monitoramento também era feito desta forma, sempre a secretaria estando a frente principalmente, em solicitar o material, fazer com que o SIMEC fosse alimentado, isso daí tudo era feito pela equipe técnica da secretaria e equipe ela era instituída através da portaria (Poção, 2022).

Os discursos produzidos revelam, inicialmente, o desejo coletivo para acompanhar e monitorar as ações do PAR, e alguma dificuldade para compreender as atribuições da Equipe Local e do Comitê Local. Ambos têm distintas atribuições, como já demonstramos no capítulo três deste texto dissertativo. Celem elenca a participação de distintas instituições, mas não deixa evidente se havia um técnico responsável para alimentar o sistema no SIMEC e como as ações eram escolhidas para integrar esse sistema. Lagoa do Alto evidencia que a alimentação do sistema era conduzida por um técnico que ficava na prefeitura municipal. Poção, mesmo compreendendo a importância desse movimento burocrático, não define se havia um sujeito como coordenador de ações do PAR, ficando uma equipe multifuncional responsável em acompanhar e monitorar as ações.

Para Duarte e Junqueira (2013, p. 173), é importante destacar que:

[...] há um leque, de ações e sub ações contidas no SIMEC, e que se encontram previamente definidas pelo MEC, cabendo às equipes técnicas locais escolher aquelas que melhor satisfaçam suas necessidades, com fundamento no diagnóstico efetuado, para o alcance da melhoria dos indicadores que obtiveram baixa pontuação.

Entretanto, os modelos adotados de acompanhamento e monitoramento do PAR em Tucano, nos primeiros três ciclos, produziram dificuldades ao planejamento da rede municipal de ensino. Acreditamos que além de instituir uma Equipe Local e um Comitê Local, que são condicionantes no momento da adesão ao Plano, era necessário especificar uma coordenação própria para fazer esse acompanhamento com maior proximidade. Desse modo, possíveis ações paralisadas por falta de alguma documentação, por exemplo, poderiam ser resolvidas com maior brevidade, ficando o município apto no sistema.

A partir do quarto ciclo houve o entendimento da rede municipal de educação, sobre a necessidade de instituir uma coordenação específica para lidar com as questões referentes ao PAR. Desse modo, atualmente, há na estrutura da secretaria de educação, uma responsável técnica para responder pelo Plano e coordenar com os demais sujeitos da Equipe Local.

Perguntada sobre qual o maior desafio que o PAR impõe para quem o está administrando, Alto, meu lugar no sertão, comenta:

Pensando de uma forma bem geral, (risos), acredito que um dos maiores desafios é cumprir o que ele pede lá no sistema. É um desafio, principalmente, quando se trata de documentação. O município é muito carente em relação a documentações, escrituras públicas, principalmente quando se trata de construções, não que o PAR se resume a construção, mais para gente como é a nossa maior dificuldade, a nossa maior carência em relação à estrutura física das escolas, acaba focando muito nessa parte. Então atualmente nosso maior desafio mesmo, tem sido cumprir com essa exigência de documentação, de escritura pública, de documentação de áreas públicas. Infelizmente, aqui em Tucano ainda precisa avançar muito nessa questão, né. Tem muitas áreas públicas, mas poucas áreas com a documentação atualizada, então isso tem sido uma grande dificuldade. A outra dificuldade é, como já falei um outro momento, a questão da fidelidade das respostas de alguns gestores. No PAR, antes mesmo do planejamento, nós precisamos fazer uma etapa de diagnóstico. E nós percebemos no primeiro diagnóstico, que havia uma distorção nas respostas, comparando o que os gestores respondia e como era a realidade. Então a partir disso, nós até criamos uma estratégia que foi fazer a visita as escolas, para tentar entender porque que esses diretores negavam tantas informações ou acrescentado. (Alto, Meu Lugar no Sertão, 2022).

## O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E A INSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO

A importância de uma coordenação específica para cuidar do PAR justifica-se preponderante na definição de ações e no entendimento das questões relativas ao seu entorno, assim como em seu monitoramento cotidiano. Isso tem possibilitado, dirimir questões de cunho didático-pedagógico e de infraestrutura, destravando recursos e obras paradas por conta da ausência de documentação e/ou divergências nas informações.

A ausência de áreas públicas com documentação legalizada é apontada como grande entrave para consolidar ações referentes à dimensão 4 – Infraestrutura Física. Embora com atuação específica de uma coordenação do Plano em âmbito municipal, essas intercorrências têm diminuído, especialmente, no quarto ciclo.

Entretanto, notamos que as relações de poder estabelecidas entre a coordenação local e os diretores escolares estão presentes, exemplificadas por meio da assinatura de termos de responsabilidade de informações. Essas relações de poder produzem diferentes olhares acerca das dificuldades encontradas.

Ainda segundo Alto, meu lugar no sertão (2022), provocada sobre a que ela atribuía a dificuldade que os diretores têm em passar as informações de uma forma mais transparente, ela argumenta:

Olhe! A maioria deles alegam que a questão das demandas que acabou não dando conta. Aí o que é que acontece, por não dar conta de todas as demandas atribuídas a esses gestores, alguns acabam pedindo para que uma terceira pessoa faça isso. Mas eu acho que isso tem mudado bastante, até porque, penso eu que eles não tinham tanto a noção de como isso poderia impactar negativamente a própria escola. Por exemplo, muitos acabam, ahhh, é só mais um formulário da secretaria, então vamos aqui, vai respondendo de forma aleatória. Isso já tem melhorado bastante em relação ao ano passado, a gente inclusive em todos os formulários quando são online, a gente coloca meio que uma declaração de veracidade das informações. [...] A outra também me parece que é medo. O medo de assumir a situação que as escolas estão, de dizer o que falta, o medo de, sei lá, de demonstrar que a partir de uma resposta, de por exemplo, de não ter o refeitório, não ter determinados os itens na escola, de mobiliário adequado, eles podem ser considerados como os maus gestores [...] (Alto, Meu Lugar no Sertão, 2022).

Para além dessas assertivas sobre o contexto do PAR e suas relações com os dirigentes municipais de escolas, de modo geral, a análise neste cenário é a de uma paulatina mudança na condução do Plano entre um ciclo e outro, como observados nos discursos produzidos por Alto, meu lugar no sertão. Isso tem impactado, positivamente, nos desdobramentos das ações dos diferentes ciclos.

Embora as ações de infraestrutura sejam as mais citadas, como reforma e construção Cadernos da Fucamp, v. 28, p. 63-87/2024.

de escolas e creches, aquisição de equipamentos e mobiliários, devemos registrar também outras ações nas quatro dimensões do PAR que estão presentes no contexto da rede municipal de Tucano, e que estão demonstradas nos discursos dos sujeitos enunciadore. Por meio da seção seguinte, elencaremos algumas das ações realizadas no âmbito do PAR na rede municipal de ensino de Tucano, assim como suas respectivas dimensões, áreas e indicadores.

### **Contribuições materializadas no âmbito do planejamento educacional, por meio do PAR, da rede municipal de ensino de Tucano – Bahia**

Na literatura foucaultiana entendemos que o poder em si produz saber e este emerge sobre efeitos de verdade. O poder, nesta ótica, é um conjunto de relações que produz assimetrias e age de forma permanente, se irradiando de baixo para cima, sustentando as instâncias de autoridade, sobretudo os ditos poderes instituídos pelo Estado. Assim, Foucault (1979, p.281) afirma: “[...]aquele que quer poder governar o Estado deve primeiro saber se governar, governara sua família, seus bens, seu patrimônio”. Desse ponto de vista, o poder é visto como uma prática social constituída historicamente. São formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. Constata Foucault que o poder está por toda parte e provoca ações e uma relação flutuante, não estando em uma instituição nem em ninguém (Bodart, 2021).

Nossa análise neste momento, recai sobre os enunciados, que possibilitam perceber sobre como o acompanhamento sistemático das ações tem produzido efeitos no planejamento da rede municipal, sobretudo, no que concernem à melhoria da infraestrutura física das escolas da rede municipal.

Além dessas ações, outras dimensões materializadas no âmbito do PAR merecem destaque. Elencamos algumas mudanças produzidas e mais perceptíveis nos enunciados, através das Dimensões, Áreas e Indicadores, por meio de ações realizadas depois do diagnóstico inicial.

#### **Quadro 1: Dimensão 01 do PAR**

<b>DIMENSÃO</b>	<b>ÁREA</b>	<b>INDICADOR(ES)</b>	<b>AÇÕES EXECUTADAS</b>
-----------------	-------------	----------------------	-------------------------

---

## O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E A INSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO

<b>1 - GESTÃO EDUCACIONAL</b>		1.4.1 – Existência de plano de carreira para os profissionais da educação	1. Aprovação da Lei 265, de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a estrutura do plano de cargo, carreira e vencimentos do magistério público do município de Tucano e dá outras providências.
	1.4 - Gestão de Pessoas	1.4.2 – Existência de plano de carreira que valorize os profissionais da educação	
	1.7- Gestão democrática	1.7.1 – Existência e atuação do Conselho de Educação	2. Aprovação da Lei 271, de 24 de outubro de 2012, que dispõe sobre o processo de organização das eleições diretas para dirigentes escolares/núcleos nas unidades escolares/núcleos da rede municipal pública de Tucano e da outras providências.
		1.7.3 – Existência e funcionamento de conselhos escolares	

Fonte: Quadro produzido com base em dados da pesquisa.

Essas duas ações pertencentes à Dimensão 01, Gestão Educacional (Quadro 1), recortadas para ilustrar essa análise, interferiram de maneira muito positiva no planejamento educacional da rede, sobretudo para a reestruturação da carreira do magistério público de Tucano.

Constatamos que, por meio dessas ações, elevou-se, consideravelmente, a formação profissional dos professores da rede municipal de ensino, assim como tornaram mais democráticas o processo de escolha dos dirigentes escolares, através da realização de eleições. Neste sentido, a busca da qualidade da educação se deu por meio do planejamento educacional da rede, com ações previstas na dimensão um do PAR, com vistas, principalmente, a gestão educacional democrática que implica na participação da comunidade (Celem, 2022; Lagoa do Alto, 2022).

Assim, a rede de ensino de Tucano desde o movimento para aprovação dessas leis, começou a ser pensada a partir do olhar das garantias legais instituídas aos servidores da educação, por meio do plano de carreira e da instituição democrática para a escolha dos dirigentes escolares; com a participação efetiva da comunidade, tornaram mais sólidas e autônomas as decisões e possibilitaram a melhoria da formação docente. Essas mudanças foram possíveis por meio das ações provocadas pelo PAR no âmbito do planejamento e acompanhamento da rede municipal de ensino, travadas com muitos embates e discussões. Para Celem (2022), com estas ações, “[...] o município de Tucano se tornou referência na luta por uma educação de qualidade e valorização do Profissional da Educação”.

**Quadro 2:** Dimensão 02 do PAR

DIMENSÃO	ÁREA	INDICADOR(ES)	AÇÕES EXECUTADAS
<b>2 - FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO</b>	2.1 – Formação inicial de professores da educação básica	2.1.1 – Habilitação dos professores que atuam nas creches; 2.1.2 – Habilitação dos professores que atuam na pré-escola; 2.1.3 – Habilitação dos professores que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, incluindo professores da educação de jovens e adultos (EJA);	1. Formação de professores - alfabetizadores através do Grupo de Estudo e Educação Metodologia Pesquisa e Ação – GEEMPA. 2. Elaboração e organização das práticas pedagógicas; análise dos resultados das avaliações oficiais do MEC;
	2.2 – Formação continuada de professores da educação básica	2.1.4 – Habilitação dos professores que atuam nos anos/séries finais do ensino fundamental, incluindo professores da educação de jovens e adultos (EJA);	
	2.3 – Formação de professores da educação básica para atuação em educação especial/ atendimento educacional especializado		

Fonte: Quadro produzido com base em dados da pesquisa.

No contexto da Dimensão 02, Formação dos Profissionais da Educação, destacamos as ações da rede municipal com foco na formação docente e na elaboração de práticas pedagógicas mais dinâmicas e inclusivas. Nesse cenário, Celem (2022) destaca:

[...] organização do ensino fundamental de 09 anos; elaboração e organização das práticas pedagógicas; análise dos resultados das avaliações oficiais do MEC; avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para avaliação individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade na aprendizagem; critérios de escolhas dos diretores fundamentados nos princípios democráticos; Levantamento da Situação Escolar – LSE – para implantação de padrão mínimo nas salas de aula- biblioteca- espaços para prática desportivas, laboratórios de informática, cozinha e refeitório- salas de vídeo-política de acessibilidade; inclusão da cultura afro-brasileira no PPP das escolas; política de valorização da diversidade cultural-racial e de pessoas com deficiência; política de formação continuada para profissionais da Ed. Infantil, séries iniciais e finais; formação continuada dos funcionários das escolas; formação inicial de professores(as) da rede que atuam na pré-escola (Celem, 2022).

Por suas características sistêmicas e estratégicas, o PAR oferece a possibilidade de continuidade dessas ações citadas por Celem (2022). Isso tem se mostrado, inclusive durante as mudanças de gestores municipais, como importante elemento na promoção de políticas de planejamento da rede municipal.

## O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E A INSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO

Para Almeida e Cabral Neto (2018, p. 13), “[...] quando se pensa na continuidade das ações para a melhoria da qualidade da educação, sobrevém a ideia de que a troca das equipes, ocasionada por mudanças de governo, podem se erigir como um impeditivo dessa lógica”. O que constatamos, neste cenário, é que essas ações específicas da dimensão 2, encontram-se internalizadas no planejamento da rede municipal, mesmo sob constantes mudanças de governo.

Corroborando com esta perspectiva, Rancho Alegre (2022) sublinha: “[...] O PAR vai favorecer as políticas educacionais e a sua continuidade, inclusive durante as mudanças de gestão porque na maioria das vezes, não chega ao município o que foi planejado naquele período para a gestão vigente”.

Na dimensão três, Práticas pedagógicas e Avaliação, aparecem com muita potência nos discursos dos sujeitos enunciadoreis a implementação do Programa de Educação Inclusiva, assim como a formação para os profissionais que atuam nesta modalidade de ensino, como observamos no quadro a seguir.

### **Quadro 3 – Dimensão 03 do PAR**

<b>DIMENSÃO</b>	<b>ÁREA</b>	<b>INDICADOR(ES)</b>	<b>AÇÕES EXECUTADAS</b>
-----------------	-------------	----------------------	-------------------------

<p><b>3 – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AVALIAÇÃO</b></p>	<p>3.2 – Elaboração e organização das práticas pedagógicas;</p> <p>3.3 – Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem</p> <p>3.4 – Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais</p>	<p>3.1.1 – Implantação e organização do ensino obrigatório dos 4 aos 17 anos em regime de colaboração federativa;</p> <p>3.1.5 – Oferta do atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização</p> <p>3.2.1 – Existência de proposta curricular para a rede de ensino;</p>	<p>1. Implementação do Programa da Educação Inclusiva;</p> <p>2. Formação para os professores das classes regulares com alunos deficientes incluídos e garantindo o AEE (Atendimento Educacional Especializado);</p> <p>3. Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para avaliação individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade na aprendizagem;</p>
--	--	---	---

Fonte: Quadro produzido com base em dados da pesquisa.

Destacamos o seguinte enunciado para contemplar essa constatação, produzido por Celem (2022):

[...] um dos primeiros passos da Secretaria Municipal da Educação junto à Gestão Pública municipal, na época, foi acabar com a prática assistencialista e de segregação das APAEs, o que resultou em um trabalho maravilhoso de adesão ao Programa da Educação Inclusiva, do qual Tucano se tornou Pólo de capacitação de mais de trinta municípios do Estado da Bahia, investindo em formação para os professores das classes regulares com alunos deficientes incluídos e garantindo o AEE (Atendimento Educacional Especializado) com profissionais devidamente habilitados nas salas de recursos. Tudo isso contribuiu para a criação do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, cuja meta era fortalecer a política de inclusão, oferecendo serviços de especialistas como psicólogos, terapeutas ocupacionais fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicopedagogos.

Verificamos, ainda sob influência da dimensão três, a importância de uma proposta curricular para rede de ensino por meio de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais e respeitem as peculiaridades locais, referendadas pelos sujeitos enunciadorees como fundamentais neste processo de instituição do planejamento educacional, sob o olhar do PAR e seus dispositivos de inserção à rede de ensino de Tucano.

## O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E A INSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO

A Dimensão 04, Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos aparece nos discursos de todos os sujeitos enunciadorees como a essencialidade do planejamento. Destacamos, no Quadro 4 a seguir, algumas dessas ações, respaldadas em indicadores de necessidades, por meio do diagnóstico local da rede.

**Quadro 4:** Dimensão 04 do PAR

DIMENSÃO	ÁREA	INDICADOR(ES)	AÇÕES EXECUTADAS
<b>4 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS PEDAGÓGICOS</b>	4.1 – Condições da rede física escolar existente; 4.2 – Uso de Tecnologias;	4.1.1 – Biblioteca: instalações, espaço físico e organização;	1. Instalações de bibliotecas;
		4.1.2 – Acessibilidade arquitetônica nos ambientes escolares;	2. Construção de rampas de acesso para portadores de necessidades especiais;
		4.1.3 – Infraestrutura física existente: condições das unidades escolares que ofertam a educação infantil na área urbana;	3. Construção de Escolas para atender o ensino fundamental anos iniciais e finais;
		4.1.5 – Infraestrutura física existente: condições das unidades escolares que ofertam o ensino fundamental na área urbana;	4. Construção de creches modelo pro – infância;
		4.1.7 – Necessidade de novos prédios escolares: existência de prédios escolares para atendimento à demanda da educação infantil, na área urbana, em tempo integral;	5. Aquisição de mobiliários;
		4.1.9 – Necessidade de novos prédios escolares: existência de prédios escolares para atendimento à demanda do ensino fundamental, em tempo integral, na área urbana;	6. Aquisição de Materiais didático pedagógico;
		4.1.11 – Condições de mobiliário e equipamentos escolares na área urbana: quantidade, qualidade e acessibilidade;	7. Aquisição de ônibus escolares;
		4.1.13 – Existência de transporte escolar para alunos da rede: atendimento à demanda, às condições de qualidade e de acessibilidade;	8. Aquisição de aparelhos eletroeletrônicos;
		4.2.1 – Existência de computadores com acesso à internet na área urbana;	
		4.2.3 – Existência de sala de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado (AEE);	

Fonte: Quadro produzido com base em dados da pesquisa.

Para ratificar essas informações, destacamos os enunciados produzidos por diferentes sujeitos da pesquisa e seus olhares para a importância desta dimensão:

O PAR no município de Tucano trouxe vários benefícios. Por quê? Porque ele tem várias, é, são quatro dimensões, mas aqui, atualmente, nós estamos mais focados e tem mais aplicabilidade, é do que diz respeito ao investimento em infraestrutura e equipamentos nas escolas. E isso tem trazido um ânimo maior para pessoas que são atendidas, alcançadas pelos benefícios que o PAR traz. Porque a educação não é só apenas o profissional, o profissional também precisa estar bem no ambiente de trabalho, e se eu trabalho em ambiente que está bem equipado, que tem um ambiente físico preparado, adequado para as necessidades que nós estamos enfrentando, hoje como a acessibilidade, que tudo que vem pelo PAR, já vem uma cara padrão, é, padrão nacional, para atender a todas as especificidades ou quase todas, a maioria delas, dos nossos alunos que é de uma diversidade muito grande (Caldas do Jorro, 2022).

[...] Nós temos só aqui na sede: uma escola doze salas, no valor de quase (não é essa daqui não), um complexo educacional no valor de quatro milhões e meio de reais, que está em andamento, fizemos a visita exatamente hoje, por coincidência, provavelmente será inaugurada no primeiro semestre do ano que vem. É uma obra do PAR três, estava praticamente perdida no sistema, justamente porque ele identificou muitas fragilidades no planejamento do ciclo anterior, os motivos a gente não sabe, mas enfim, talvez até a falta mesmo de informação. (Alto, Meu Lugar no Sertão, 2022).

[..] Acredito sim e de forma bastante positiva porque as ações contribuem para a ampliação da oferta, permanência e melhoria das condições de cada unidade escolar e, conseqüentemente, para o aprimoramento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Importante lembrar que os materiais didáticos e pedagógicos, formação de profissionais, equipamentos e infraestrutura escolar são primordiais para a melhoria da educação municipal (Rancho Alegre, 2022).

Para Caldas do Jorro (2022), as ações no âmbito da dimensão quatro têm trazido um novo ânimo aos sujeitos emersos neste contexto, por conta das melhores condições no ambiente de trabalho. Alto, meu lugar no sertão (2022), lista as inúmeras ações em execução, dentre elas a construção de unidades escolares e creches, e sua importância para a estruturação da rede municipal de ensino. Por fim, Rancho Alegre (2022) pontua sobre a importância dessas ações concernentes a dimensão quatro para a melhoria dos indicadores educacionais.

Os sujeitos enunciativos entrevistados consideram e reconhecem que a implementação do PAR no município de Tucano, incentivou a realização de ações muito importantes para a estruturação do planejamento educacional da rede, sobretudo, aquelas

## O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E A INSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO

ações voltadas à infraestrutura, aquisição de materiais didático-pedagógicos e a formação docente.

É importante observar que toda ação de planejamento educacional é pautada sob diferentes perspectivas e requer o engajamento de múltiplos sujeitos, com diferentes olhares e sob determinadas formas de poder. Entretanto, Foucault (2004, p.184) ratifica:

[...] aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu.

Portanto, o poder é exercido por meio das relações cotidianas. Pereira (2007, p. 130) aponta que “Se o poder controla a própria vida das pessoas, por outro lado ele não é homogêneo, pois onde há poder há resistência. A resistência é coextensiva ao poder”.

Levando em consideração a formação de nosso objeto de pesquisa, assim como a construção analítica, os discursos produzidos pelos sujeitos enunciadore, revelaram múltiplos sentimentos sobre o planejamento educacional da rede municipal de ensino de Tucano, assim como seus olhares ao PAR com suas ações de políticas públicas de planejamento.

Identificamos que os olhares contemplativos dos sujeitos que participaram ou participam do planejamento da rede, credenciaram o PAR como ação colaborativa para melhorar a qualidade da educação no município de Tucano. É possível constatar que os domínios da memória desses sujeitos da implementação e coordenação do PAR estão intimamente associados às questões gerenciais, didático-pedagógicas e de infraestrutura, tornando-se um regime de verdade.

Assim, como todo processo contínuo de ressignificação, o planejamento da rede municipal de ensino com vistas às contribuições do PAR em sua instituição, apresentou, significativas evoluções e avanços. O fazer planejar no âmbito do PAR contribui com a reestruturação do planejamento da Secretaria Municipal de Educação de Tucano, sob um olhar mais coordenado, de ações efetivas e que colaboram com os processos pedagógicos cotidianos, mesmo enfrentando alguns percalços nessa travessia.

Por fim, toda a imersão construída por meio dos discursos dos enunciadore e suas relações cotidianas de poder com seu contexto e seus pares, produziram muitos efeitos, subjetivados através das ações executadas e alinhadas no âmbito do PAR e ao Cadernos da Fucamp, v. 28, p. 63-87/2024.

planejamento educacional da rede municipal de Tucano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo analisamos o PAR e sua contribuição para a instituição do planejamento educacional no município de Tucano. Os discursos produzidos e analisados evidenciam que a vontade de verdade operada pela União prevaleceu na instituição do PAR no município pesquisado, sobretudo, pela influência da melhoria da infraestrutura física e didático-pedagógica das escolas municipais.

Condicionado aos repasses financeiros aos entes subnacionais, o PAR, em seus primeiros anos, alcança quase uma totalidade dos municípios brasileiros. Porém, atrelado a esse alcance, percebemos nos enunciados produzidos pelos sujeitos da pesquisa, diferentes dificuldades em sua implementação, assim como sua tentativa de elevar os indicadores nacionais, sob o discurso da gestão moderna e de resultados satisfatórios, buscando a melhora da qualidade da educação.

Em Tucano, o PAR, desde 2007, assumiu o protagonismo por meio das ações condicionadas sobre a tutela da mudança na melhoria da qualidade da educação, sobretudo, pela melhoria das condições das unidades escolares e do planejamento da rede municipal de ensino.

As primeiras impressões sobre o planejamento da rede com vistas às contribuições do PAR remetem a uma nova estruturação por meio da aprovação da Lei Municipal 265, de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a estrutura do plano de cargo, carreira e vencimentos do magistério público do município de Tucano e dá outras providências, assim como a Lei 271, de 24 de outubro de 2012, que dispõe sobre o processo de organização das eleições diretas para dirigentes escolares/núcleos da rede municipal pública de Tucano.

A aprovação dessas duas leis permitiu ao município de Tucano diminuir, consideravelmente, as políticas assistencialistas em educação, forjadas por meio de acordos políticos locais. A política de apadrinhamento, infelizmente, muito comum aos municípios brasileiros, é lentamente, transformada quando essas leis se tornam reais com a aprovação da câmara municipal. O PAR, por intermédio da sua Dimensão 01, Gestão Educacional, contribuiu com as discussões entre os sujeitos que compõem a rede municipal de ensino, por meio de encontros sistematizados neste âmbito.

## O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS E A INSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO

Outras dimensões percebidas nos enunciados produzidos também reforçam a importância da formação docente dos profissionais (Dimensão 02), que compõem o quadro da educação no município, assim como as práticas pedagógicas (Dimensão 03). Entretanto, nenhuma outra dimensão é tão citada como a quatro (Infraestrutura física e recursos pedagógicos). É perceptível que as ações vinculadas no âmbito da dimensão quatro têm trazido um novo ânimo aos sujeitos imersos no contexto da rede municipal de ensino de Tucano, sobretudo por conta das melhores condições no ambiente de trabalho e melhoria da estrutura física das escolas.

Concluimos que há uma melhoria na instituição do planejamento educacional da rede municipal de ensino de Tucano, seja de ordem estrutural, com a melhoria das condições físicas das escolas, ou de ordem pedagógica e legislativa, com as discussões provocadas por meio das dimensões do PAR.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. “Descentralização e coordenação federativa no Brasil: lições dos anos FHC”. In: ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. G. (Org.). **O estado numa era de reformas: os anos FHC – Parte 2**. Brasília: MP/Seges, 2004. p. 143-246.
- ALMEIDA, Emmanuelle Arnaud; CABRAL NETO, Antonio. A coordenação federativa do MEC no âmbito do par: sinais de arranjos e regras de decisão para a gestão educacional. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, n. e217742, p. 1 - 16, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/WnrLfFw4nKr3rdxF9qgf6Mq/?lang=pt>. Acesso em: 3 ago. 2022.
- ALMEIDA, Emmanuelle Arnaud; CABRAL NETO, Antonio. Relações intergovernamentais no exercício do PAR: redes semânticas tecidas para tipificar as bases federativas do regime de colaboração. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. e230090, p.1 - 25, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GbLwm8yy83Tf6qZ848yvnsq/?lang>. Acesso em: 3 ago. 2022.
- BODART, Cristiano das Neves. **O poder em Foucault**. Blog Café com Sociologia, set., 2021. Disponível em: < <https://cafecomsociologia.com/o-poder-em-michael-foucault/>>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. **Resolução FNDE n. 29/2007, de 20 de junho de 2007**. Estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 jul. 2007.
- DUARTE, M. R. T.; JUNQUEIRA, D. S. A propagação de novos modos de regulação no sistema educacional brasileiro: o Plano de Ações Articuladas e as relações entre as escolas e a União. **Pro-Posições**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 165-193, 2013. Disponível em: [https://doi.org/10.1590/1981-2730-2013-001](#)
- Cadernos da Fucamp, v. 28, p. 63-87/2024.

SANTOS, G.R.; PEREIRA, S.M.C.; EUGENIO, B.G.

<https://www.scielo.br/j/pp/a/Y38JJ4w4Y69zf9f6LP7ZvZn/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2022.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT M. **Arqueologia do saber**. Tradução brasileira de Luís Felipe Baeta Neves. 7.ed., Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2008.

FOUCAULT M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT M. **Segurança, território e população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

PEREIRA, S. M. C. **Projeto nordeste de educação básica e o fundescola: uma análise do discurso governamental e do banco mundial sobre a qualidade do ensino**. 2007. 149f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

SOUSA, Bartolomeu José Ribeiro de. **O Plano de Ações Articuladas (PAR) como instrumento de planejamento da educação: o que há de novo?** 2011. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/>. Acesso em: 13 out. 2022.

SOUZA, Alexis Sales de Paula e. A origem do Federalismo brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2642, 25 set. 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/17486>. Acesso em: 1 ago. 2022.

VIANA, Vanusa Ruas Freire. **Concepções e discursos em torno da gestão educacional no contexto do plano de ações articuladas (PAR) no município de Belo Campo-Bahia**. 2015.148f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.